

**RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

**Nº 2025-244498/TEC/RLO-0417**

**Data de Validade: 01/12/2031**

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, com fundamento na Lei complementar Estadual - LCE nº. 272, de março de 2004 e suas posteriores alterações, Legislação Federal e ainda consubstanciado no Parecer Técnico constante nos autos, expede este **Ato Administrativo** ao Empreendedor infraidentificado, sob as condições abaixo relacionadas, cujo descumprimento implicará falta de natureza grave, acarretando a suspensão automática do presente documento. Esta licença renova a licença do processo Nº

**IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E EMPREENDIMENTO**

<b>Nome do Empreendedor</b>	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS
<b>CPF/CNPJ</b>	01.066.896/0001-74
<b>I.E.:</b>	
<b>Proprietário do Empreendimento:</b>	
<b>Endereço do Empreendedor:</b>	Rua Dona Maria Câmara, nº 1884, Capim Macio, Município de Natal/RN.
<b>Endereço do Empreendimento:</b>	Zona Rural, Município de Apodi/RN.
<b>Caracterização do Empreendimento:</b>	<b>Operação e execução de obras de recuperação e manutenção da Barragem Santa Cruz do Apodi</b> , com capacidade máxima de <b>599.712.000 m³</b> localizada nas coordenadas UTM (Zona 24M), Datum SIRGAS 2000: 9.323.694,00 mN, 630.483,00 mE.

**CONDICIONANTES**

1. O IDEMA aprova através deste ato administrativo, a viabilidade ambiental solicitada pelo empreendedor, cuja veracidade das informações apresentadas, os estudos, projetos e demais documentos subscritos por esses, são de sua total responsabilidade, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. Em caso de constatação de dados falsos, enganosos ou capazes de indução ao erro, esta Licença fica automaticamente anulada;
2. O empreendedor fica ciente de que a presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas, cujo cumprimento deve ser integral, ressaltando-se a obrigação de comunicar previamente de qualquer alteração, devendo aguardar a análise e a manifestação deste Instituto. Esta Licença não dispensa ou substitui quaisquer alvarás ou certidões, de qualquer natureza, porventura exigidos pelas Legislações Federal, Estadual ou Municipal;
3. O empreendedor é responsável pela preservação ambiental, devendo tomar medidas preventivas e de mitigação contra a ocorrência de acidentes/incidentes que possam causar danos, bem como controlar os impactos negativos em razão de sua atividade. Em caso de ocorrência de danos ambientais deverão ser tomadas, imediatamente medidas corretivas, e ainda, comunicar ao IDEMA;
4. O empreendedor fica ciente de que caso seja identificado algum vestígio ou indícios de patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arqueológico durante a execução dos serviços e/ou obras deve PARALIZAR as intervenções e comunicar IMEDIATAMENTE o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN para conhecimento e providências cabíveis;



5. O empreendedor deve apresentar ao IDEMA, no prazo corrido de 180 (cento e oitenta) dias, as seguintes documentações:

a) Plano de Segurança da Barragem, conforme estabelece a Lei 12.334/2010 e a Resolução CNRH 144/2012;

b) Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial - PACUERA.

6. O empreendedor fica ciente de que, caso venham a surgir posteriormente elementos suscetíveis de afetar comunidades tradicionais, esta Instituição poderá realizar Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme diretrizes da Convenção nº 169 da OIT;

7. As comunidades tradicionais poderão, a qualquer momento, solicitar a realização da CLPI, de acordo com suas necessidades;

8. O empreendedor fica ciente de que, caso venham a surgir posteriormente elementos suscetíveis de afetar comunidades tradicionais, esta Instituição poderá realizar Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme diretrizes da Convenção nº 169 da OIT.

9. O empreendedor não poderá realizar qualquer intervenção na área do empreendimento, passível de supressão de vegetação natural, antes da emissão da Autorização de Supressão de Vegetação, via SINAFLO, e da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ACMB), no que couber;

10. O empreendedor fica ciente que a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos é responsável pela fiscalização e regularização do uso e da ocupação do solo nas Áreas de Preservação Permanente do entorno do reservatório, devendo proceder com as devidas providências para a proteção e a conservação do meio ambiente;

11. O empreendedor deve preservar e respeitar as margens do corpo hídrico como forma de conservar as condições naturais desse ambiente, ficando proibido de ocupar Área de Preservação Permanente - APP, conforme estabelece a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

12. O empreendedor deve notificar os proprietários a retificarem as áreas de reserva legal que estão sobrepondo o espelho d'água do reservatório ou a área de preservação permanente;

13. O empreendedor deve apresentar, SEMESTRALMENTE, o resultado do monitoramento da qualidade da água, obedecendo a frequência de coleta e a integralidade dos parâmetros físicos, químicos e microbiológicos, de forma a atender os padrões estabelecidos na Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021, bem como a Resolução Conama Nº 357/2005, no que couber. O empreendedor fica ciente de que, caso seja verificada alguma inconformidade, deve ser apresentado Laudo Técnico, informando a causa da inconformidade e as medidas adotadas para solucionar o problema;

14. O empreendedor fica ciente que os instrumentos de controle quantitativo devem ser instalados para o efetivo controle dos níveis das águas armazenadas na bacia hidráulica, para o controle de acidentes (regularidade, sangrias e contenção de inundações);

15. O empreendedor deverá tornar ciente o Comitê Permanente de Acompanhamento e Monitoramento de Barragens do Rio Grande do Norte (CPAMB/RN), dos serviços ora realizados, para que possam acompanhar e monitorar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB), conforme Decreto N 28.820 de 30 de Abril de 2019;

16. O empreendedor fica ciente que as obras especiais na barragem e nos cursos d'água estão condicionadas à licença de obra hidráulica emitida pelo órgão competente, devendo apresentá-la a este Instituto



antes do início da intervenção;

17. O empreendedor deverá manter a Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos, emitida pelo Instituto de Gestão das Águas do Rio Grande do Norte - IGARN, atualizada, devendo reapresentá-la a este Instituto sempre que esta for renovada ou reemitida;

18. O empreendedor deve apresentar, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias antes que se iniciem quaisquer movimentos de solo, o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil - PGRSCC, referente aos resíduos sólidos gerados durante as obras. O PGRSCC deve ser elaborado e apresentado conforme o conteúdo mínimo estabelecido no Art. 21 da Lei nº 12.305/2010 e na Resolução Conama nº 307/2002. A Anotação de Responsabilidade Técnica - ART é exigida;

19. O empreendedor fica ciente de que não deve armazenar resíduos sólidos e rejeitos diretamente no solo, mesmo que temporariamente, devendo cumprir a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010. A destinação e a disposição final dos resíduos e dos rejeitos, respectivamente, deverão ocorrer em locais ambientalmente viáveis e licenciados pelo órgão ambiental competente;

20. O empreendedor fica ciente de que deve realizar os seguintes serviços na barragem: (1) Construção das valas de drenagem e meio-fio nos taludes; (2) Limpeza da vegetação nos taludes de montante e jusante; (3) Medidas de combate a formigueiros.

21. O empreendedor deve elaborar, apresentar, implantar, atualizar e cumprir integralmente o Plano de Segurança de Barragem (PSB), incluindo o Plano de ação de Emergência (PAE), com base na Lei 12.334/2010, conforme os parâmetros estabelecidos pela Lei 12.334/10, contemplando todas as fases do empreendimento;

22. O empreendedor deve realizar as inspeções de segurança previstas e elaborar as revisões periódicas de segurança, devendo informar qualquer alteração que possa acarretar redução da capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança;

23. O empreendedor deve apresentar anualmente o Relatório de Segurança de Barragens, os relatórios de inspeção de segurança e as ações cumpridas, atualizando o Plano de Segurança da Barragem com essas informações;

24. O empreendedor deve organizar e manter em bom estado de conservação as informações e a documentação referentes ao projeto, à construção, à operação, à manutenção, à segurança e, quando couber, à desativação da barragem;

25. O empreendedor deve notificar imediatamente ao respectivo órgão fiscalizador, às autoridades licenciadoras e ao órgão de proteção e defesa civil qualquer alteração das condições de segurança da barragem que possa implicar acidente ou desastre;

26. O empreendedor deve armazenar os dados de instrumentação da barragem e fornecê-los ao órgão fiscalizador periodicamente e em tempo real, quando requerido;

27. O empreendedor deve observar as normas de segurança pertinentes às obras, principalmente as relacionadas com sinalização e procedimentos que visem evitar acidentes durante a execução das obras;

28. O empreendedor fica ciente que só pode utilizar material de origem mineral (areia, argila, etc.) de áreas licenciadas pelo IDEMA, como também, só disponibilizar bota-fora em áreas autorizadas por esse Instituto, inclusive devendo encaminhar cópia do contrato ou documento que comprove a destinação dos resíduos da construção civil para local ambientalmente regularizado e adequado;



29. O empreendedor fica ciente da comunicação à empresa responsável pela execução das obras do empreendimento que o Canteiro de Obras é objeto de uma Autorização Especial - AE, devendo estar de acordo com as normas técnicas e de controle ambiental, principalmente com relação ao sistema de esgotamento sanitário, gestão e destino dos resíduos sólidos;

30. O empreendedor fica ciente que deve implantar métodos que resultem na eliminação e/ou máxima redução da emissão de partículas de poeira na atmosfera, oriundas no trânsito de veículos e maquinários, a fim de não prejudicar a saúde dos funcionários envolvidos no trabalho e dos moradores das áreas de influência direta e indireta do empreendimento;

31. O empreendedor fica ciente de que, quando da implantação das estruturas do empreendimento, deve obedecer às normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. As medidas ambientais mitigadoras e de controle durante as obras deverão seguir as normas pertinentes do Ministério do Trabalho e Emprego e demais órgãos, bem como as legislações federais, estaduais e municipais;

32. O empreendedor fica ciente de que os níveis de ruídos gerados durante a operação do empreendimento devem respeitar os limites máximos preconizados pela Lei Estadual nº 6.621/1994, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e condicionantes do meio ambiente no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências, assim como pela Resolução CONAMA nº 01/1990 e NBR nº 10.151, que dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política;

33. O empreendedor deverá comunicar ao órgão ambiental a suspensão ou o encerramento da atividade acompanhada de um Plano de Desativação que contemple a situação ambiental existente; se for o caso, informar a implementação das medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas, em atendimento ao Art. 53 da Lei Complementar Estadual nº 272, de 03 de março de 2004;

34. O empreendedor deve publicar a concessão desta Licença no Diário Oficial do Estado e em periódico de grande circulação, devendo encaminhar cópia comprobatória a este Instituto, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento desta Licença;

35. O empreendedor deve no prazo de 90 (noventa) dias, após a emissão da licença, colocar a placa indicativa do empreendimento licenciado, conforme modelo disponível no site [www.idema.rn.gov.br/](http://www.idema.rn.gov.br/), acessando o menu "Licenciamento", opção "Documentação Exigida", item nº 15 "Publicação de Licença Ambiental em Placa (1)". A demonstração do cumprimento desta condicionante deve ser feita ao IDEMA através de registro fotográfico. O empreendedor deverá manter a placa em condições legíveis durante o período de vigência da licença.

36. A presente licença tem validade de 6 (seis) anos a partir da data da ciência do interessado. A renovação desta Licença Ambiental, que permite a continuidade da operação do empreendimento, deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade.

Natal(RN), 01/12/2025

